

SABERES E PRÁTICAS ARTESANAIS DA ALFAIATARIA NAS MEMÓRIAS DE SEUS ARTÍFICES

Resultado de pesquisa finalizada

GT 06: Imaginários sociais, memórias e pós-colonialidade

Marciele Agosta de Vasconcellos

Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPel)

Resumo:

O presente trabalho destina-se a apresentar os resultados auferidos no decurso de uma pesquisa realizada com os alfaiates da cidade de Pelotas/RS. O alfaiate, personagem secular na sociedade ocidental, ao confeccionar trajes masculinos sob medida, engendra aspectos variados do trabalho artesanal. No cenário atual, constatou-se que nas mãos de quatro alfaiates, que oferecem seus serviços em estabelecimentos modestos, perpetua-se a produção artesanal de trajes masculinos na cidade. Nesta perspectiva, a partir das entrevistas realizadas com estes artífices, buscou-se problematizar as vivências cotidianas encetadas pela reprodução dos gestos e saberes transmitidos durante décadas, bem como a relevância dos processos de rememoração na transmissão do saber-fazer artesanal.

Palavras-chave: alfaiataria; memória; saberes artesanais.

1 Introdução

O presente trabalho insere-se no âmbito das reflexões auferidas no decurso da pesquisa realizada sobre as práticas e representações da alfaiataria na cidade de Pelotas, localizada no Estado do Rio Grande do Sul. No cenário pelotense, constatou-se que, nos dias atuais, nas mãos de quatro alfaiates, que oferecem seus serviços em estabelecimentos modestos, perpetua-se a produção artesanal de trajes masculinos. Partindo do entendimento que a alfaiataria encontra-se imersa no universo de simbolismos que caracterizam o “saber-fazer” dos ofícios artesanais, buscou-se apreender nas “memórias do trabalho” dos alfaiates pelotenses, os significados que estes agentes sociais atribuem às suas trajetórias e experiências profissionais.

Em um primeiro momento, pretende-se discorrer sobre os aspectos teórico-metodológicos que norteiam o presente estudo. Além disso, propõe-se uma breve reflexão sobre as formas de produção artesanal do alfaiate e sua inserção no conceito de “tradição” (GIDDENS, 1997; 2005; HOBBSBAWN, 2006), bem como acerca dos elementos que permeiam a posse do “saber-fazer” dos ofícios artesanais. Posteriormente, busca-se problematizar as posições que estes agentes ocupam em seu respectivo campo de atuação, a fim de compreender os constrangimentos sociais e materiais a que estão submetidos. Por fim, ao atentar para as nuances deste ofício artesanal na cidade de Pelotas, torna-se possível observar como esta forma de produzir roupas acompanha a trajetória e as transformações da própria sociedade.

2 Percursos teórico-metodológicos

No âmbito das ciências sociais, a história oral caracteriza-se como um instrumento de pesquisa extremamente profícuo, tendo em vista que esta metodologia não se restringe a etapa de preparação e realização de entrevistas, mas compreende uma série de procedimentos que visam conferir a coesão no tratamento e na análise das fontes orais produzidas no desenvolvimento da pesquisa. Para Lozano (2006), a história oral constitui um espaço de contatos interdisciplinares que, por meio da oralidade, fornece aportes para a investigação qualitativa de processos históricos e sociais. Nesta perspectiva, por

meio da história oral temática, buscou-se retrair o tempo às vivências do ofício dos alfaiates pelotenses, por meio de um roteiro centrado na temática “trabalho”.

No que tange aos aspectos técnicos da preparação das entrevistas, destaca-se a importância da construção de “redes de informantes”, que implicam na localização e na delimitação dos possíveis entrevistados. Por meio da pesquisa exploratória no espaço urbano, foram localizadas, inicialmente, duas alfaiatarias no centro comercial de Pelotas, que passam despercebidos aos olhares mais desatentos, dada à simplicidade de seu aparato publicitário. Optou-se por iniciar a construção da rede com o proprietário da “Alfaiataria Silva”, o senhor Milton, de 82 anos, que exerce o ofício de alfaiate há mais de cinquenta anos. Com base nas informações de Milton sobre o número de alfaiates e de alfaiatarias existentes atualmente na cidade, verificou-se a existência de mais três alfaiates que possuem estabelecimentos comerciais na cidade. Com base nesta informação, foram realizadas entrevistas com os demais integrantes da rede: os senhores José Fernando, José Francisco e Luiz Roberto, que decidiram ceder as entrevistas em seus próprios estabelecimentos comerciais.

Optou-se pela gravação das entrevistas¹ sem o recurso da filmagem, com o intento de minimizar o desconforto dos entrevistados com os instrumentos de registro. De acordo com Poupart (2010), as intervenções do pesquisador nas questões atinentes ao momento, lugar e técnicas de registro constituem os “elementos de encenação da entrevista”, que visam proporcionar um ambiente favorável às confidências do entrevistado, visto que as entrevistas de história oral constituem um processo dialógico que envolve dois interlocutores: o entrevistador e o entrevistado.

Pesavento (2008, p. 15) destaca que “assim como a história é a narrativa que presentifica uma ausência no tempo, a memória recupera, pela evocação, imagens do vivido”. Desta forma, “é a propriedade evocativa da memória que permite a recriação mental de um objeto, pessoa ou acontecimento ausente”. Além disso, conforme salienta Poupart (2010, p. 244), o pesquisador deve ter em mente que os discursos “são marcados e construídos pelo contexto sócio-histórico no qual ocorre a investigação”. Assim, a evocação do passado ocorre em um presente que irá influenciar sobremaneira nas construções das narrativas do ofício.

Tendo em vista que os entrevistados possuem entre 65 e 82 anos, torna-se pertinente tratar das questões atinentes à memória de velhos. Segundo Bosi (2010, p. 480), “todo e qualquer trabalho, manual ou verbal, [...] acaba se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador”. Para a autora, o artífice ao recordar o ofício na velhice “investirá na sua arte uma carga de significação de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação”.

Pimenta (2008; 2009), inserindo-se nos estudos sobre gerontologia, investiga a temática do trabalho nas narrativas de alfaiates entre os 65 e 98 anos, por meio da história oral de vida. A autora (2008) salienta a importância que a vida laboral assume para os entrevistados, o que denominou de “unissonância entre vida e trabalho”. Pode-se perceber nos relatos dos alfaiates de Pelotas igual tendência, que se consubstancia na fusão entre a trajetória do ofício e suas vidas. Os tempos de “glória” do ofício situam-se no passado, “naquela época” do ápice de suas vidas, onde os relatos da juventude, por vezes, cedem lugar a passagens da infância e da adolescência, dos amores e da formação de seu núcleo familiar. Encaminhados ao ofício ainda jovens, estes homens dedicaram-se exclusivamente ao aprendizado e ao exercício da alfaiataria. Para Bosi (2010, p. 60) ao lembrar, o velho “está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida”. Por esse meio, segundo a autora, nas memórias de pessoas idosas:

¹ O áudio e a transcrição das entrevistas encontram-se disponíveis no Laboratório de História Oral (LAHO) do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas (NDH-UFPel). Este material integra o conjunto de entrevistas com trabalhadores de diversas categorias profissionais no decurso do projeto de pesquisa “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”.

[...] é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 2010, p. 60).

Halbwachs (2006) percebe a importância que as relações sociais adquirem no processo de rememoração do indivíduo, ao propor que as evocações da lembrança só são compreendidas se levarmos em consideração os “quadros sociais da memória”. Assim, a memória de um indivíduo é intimamente relacionada com os seus grupos de pertencimento, bem como às relações sociais que o indivíduo estabelece ao longo de sua vida. Na leitura de Bosi (2010, p. 55), Halbwachs “amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade”. Halbwachs (2006, p. 69) salienta ainda a existência de um processo de negociação para conciliar a “memória individual” com a “memória coletiva”, destacando que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que [...] muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

Candau (2012) afirma que a memória varia de acordo com os indivíduos, grupos e sociedades, e propõe uma classificação das diferentes manifestações da memória quando pensadas em nível individual: a protomemória² e a memória de evocação. Segundo Candau (2012, p. 22), a primeira categoria constitui a memória de baixo nível onde são enquadrados “os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade”. A memória propriamente dita ou de alto nível constitui “uma memória de recordação ou reconhecimento, evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos, etc.)”.

A metamemória engendra o processo de construção identitária. De acordo com Candau (2012, p. 23), a metamemória “é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela”. Para o autor, tendo em vista sua relação com as construções identitárias, apenas esta terceira forma de manifestação da memória aproxima-se da noção de memória coletiva.

Santos acrescenta que o processo de construção de perfis identitários como processo social apresenta-se como um fenômeno complexo e dinâmico, tendo em vista que pode variar de acordo com as disposições pessoais, bem como com as mudanças sociais dos grupos de referência e de pertença, conforme as alterações em suas expectativas, valores e configurações identitárias (SANTOS, 2005, p. 213).

Bosi (2010, p. 64) cita também o conceito de “convencionalização” utilizado por Barlett para explicar que a “recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado”. Assim, quando o entrevistado resgata a memória – ou revive a memória, ou, ainda, a reconstrói ao interpretá-la –, ele está resgatando construções coletivas, ainda quando se referem às experiências individuais, pois sua vivência se dá no meio social. Ou seja, sempre há influência do contexto e das relações sociais, seja dos familiares, amigos, colegas de trabalho etc.

² O autor insere nesta modalidade a “memória procedural”, que seria a memória repetitiva ou memória-hábito de Bergson; a “memória social incorporada”; bem como as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância ou na vida intrauterina.

3 À moda dos alfaiates: práticas e representações do ofício nas memórias de seus artífices

Ao confeccionar uma roupa, os gestos do alfaiate reproduzem as práticas de um ofício tradicional, que adquiriu nuances diversas, modificou e preservou saberes no decurso do tempo. O alfaiate – profissional que em geral confecciona trajes para ambos os sexos – caracteriza-se como um personagem secular na sociedade ocidental; nas práticas de seu ofício encontram-se elementos de uma “tradição” artesanal, tradição essa que não é uma simples oposição ao moderno, algo que não comporta mudança. Para Giddens (2005), ao contrário, a tradição caracteriza-se como uma criação da modernidade, um produto dos últimos dois séculos, já que sua noção geral não existia nos tempos medievais, pois a tradição e o costume estavam em toda a parte. Além disso, na visão de Giddens (1997; 2005) a ideia de que a tradição é imutável constitui um mito, pois, valendo-se das contribuições de Shils (1981), o autor destaca que as tradições estão em constante mudança, embora exista um conteúdo que pressupõe sua persistência. Para o autor (2005), as características distintivas da tradição são o ritual e a repetição, sendo propriedades de grupos, comunidades ou coletividades.

Hobsbawm e Ranger (2006), ao discutirem o papel das “tradições inventadas”, destacam que estas se caracterizam como fabricações deliberadas e acionadas como um meio de poder. Entretanto, para Giddens (2005) todas as tradições são invenções construídas pela sociedade por diversas razões que, de forma deliberada ou não, sempre incorporam poder.

Nos contornos da alfaiataria se entrecruzam aspectos variados do trabalho artesanal, que constitui a característica principal da roupa sob medida, como a habilidade manual e intelectual no domínio das técnicas, instrumentos e processos produtivos. Para Dadoy (1989 apud TOMASI; SILVA, 2007, p. 73), a noção de ofício envolve o “reconhecimento social da posse de um saber, de um saber-fazer” construído a partir das habilidades e experiência desta ocupação. Na concepção de Chevallier (1991, p. 5), o saber-fazer corresponde a um conjunto de competências adquiridas pelo indivíduo que se manifestam em sua “capacidade de julgar, prever e dominar um processo técnico e as relações sociais que lhes são associadas”. Nesta perspectiva, a posse do saber-fazer é materialidade que se inscreve no campo do simbólico, engendra saberes e práticas que são adquiridos e aperfeiçoados nas vivências do cotidiano. Com esse enfoque, “ser um artífice” compreende “processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão” que, segundo Pesavento (2003, p. 40), caracterizam o conceito de representação:

Expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas. [...] As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. [...] A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (PESAVENTO, 2003, p. 39-40).

Bourdieu (2011a) ressalta que a percepção do mundo social constitui-se de uma dupla estruturação social que permeia o lado objetivo das determinações externas (estruturas sociais) e o lado “subjetivo” da incorporação destas determinações pelos agentes sociais. Conforme salienta Bernardo (2002, p. 5), com base nas contribuições de Bourdieu – principalmente, com os conceitos de campo e *habitus* – pode-se compreender “as condições de produção tanto das representações como das práticas sociais dos agentes”. Apesar de não focalizar o estudo das representações sociais, as proposições de Bourdieu oferecem um interessante aporte teórico-conceitual na articulação da dimensão objetiva e subjetiva ou, em outros termos, do indivíduo e da sociedade, a partir de uma perspectiva relacional.

Construir a noção de *habitus* como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Para Antuniassi (2008, p. 68) “a noção de representação social, associada à noção de *habitus*, permite ultrapassar o caráter individual daquilo que é transmitido pelo informante nas entrevistas”. Assim, com base no referencial teórico de Bourdieu, buscou-se problematizar as posições dos alfaiates pelotenses no campo de produção simbólica no qual se encontram inseridos, a fim de compreender os constrangimentos sociais e materiais a que estão submetidos.

O ensino da alfaiataria no Brasil, do mesmo modo que outros ofícios artesanais, era transmitido em entidades filantrópicas e técnico-científicas, que visavam à educação formal destes profissionais³. Além destes espaços de formação, as alfaiatarias apresentavam-se como opção à iniciação dos jovens nos misteres do ofício. Em alfaiatarias da cidade de Pelotas, na relação mestre-aprendiz, foram iniciados os alfaiates entrevistados na pesquisa. José Fernando conta que o aprendizado do ofício iniciou-se aos dezoito anos, sob os cuidados de seu irmão, que já exercia a profissão de alfaiate. Milton lembra que foi encaminhado ao ofício pelo seu pai, que o conduziu à alfaiataria de um conhecido, aos nove anos de idade. Nesta época, realizava serviços pequenos – como levar recados, comprar botões e linhas nas lojas – e, nas horas vagas, aprendia o ofício, que lhe foi ensinado pelos oficiais de alfaiate. Da mesma forma, ainda nos tempos juvenis, José Francisco e Luiz Roberto iniciaram o aprendizado do ofício na condição de “ajudante”, respectivamente, aos quinze e quatorze anos.

Na primeira metade do século XX, era comum o ingresso de jovens de camadas mais simples no universo laboral na condição de aprendizes. Conforme destaca Bauman (2001), no período que o autor denomina de modernidade sólida, o trabalho era visto como uma “condição natural” dos seres humanos e estar sem trabalho uma anormalidade, causa da pobreza e da miséria, da privação e da depravação. Milton não esconde o encantamento ao descrever o seu primeiro “salário”, recebido ainda nos tempos juvenis.

Sabe quanto eu comecei ganhando naquela época? Dois mil réis, por mês! Era umas moedinha de prata que havia antigamente. Então, eu me lembro que o meu primeiro salário ele me deu uma moedinha daquela. Aquilo foi o máximo! Dois mil réis! Mas naquela época a gente ficava encantado porque aquilo era dinheiro né? (Milton).

Entretanto, para os entrevistados o aprendizado do ofício sem a perspectiva do pagamento de uma remuneração prevista em lei não era contestado, pois julgavam imprescindível o domínio das técnicas do ofício para, em um momento posterior, abrirem os seus próprios estabelecimentos comerciais. Conforme salientado anteriormente, o reconhecimento da posse do saber-fazer do ofício é materialidade que se inscreve no campo do simbólico. Assim, percebe-se que neste universo, para ser alfaiate o rito do aprendizado torna-se imprescindível.

Sobre a questão dos aprendizes, o senhor Milton destaca que, inicialmente, empregava muitos rapazes nesta condição, mas paulatinamente a procura pelo aprendizado foi diminuindo. Atualmente, em sua alfaiataria encontra-se empregado um senhor que ingressou no ofício como seu aprendiz. Os demais entrevistados, salientam que o pagamento dos encargos trabalhistas constitui um entrave para o emprego de aprendizes em suas alfaiatarias. Para José Fernando a transmissão dos ensinamentos do ofício caracteriza uma espécie de “retribuição simbólica”:

É aquela coisa, a pessoa tá ensinando e ainda tem que tá pagando carteira e todos aqueles benefício que a pessoa tem. Tem que pagar né! Então aí não há condições. Eu acho que a

³ Para maiores informações sobre o assunto consultar Cunha (2000).

peessoa já aprendendo já é uma grande coisa. Aprende depois vai seguir o caminho dele porque comigo foi assim. Claro, apesar de que eu trabalhei com o meu irmão. Mas naquela época a pessoa ensinava, os outros alfaiates ensinavam e eles não exigiam isso aí [pagamento dos encargos]. E claro, um ia passando pro outro né! Agora hoje? Hoje é difícil. Hoje eles não querem nada (José Fernando).

No que tange as relações de gênero nas alfaiatarias percebe-se que, em sua maioria, as mulheres empregavam-se como calceiras, passadeiras ou auxiliares de tarefas secundárias. Milton conta que, ainda solteira, sua esposa trabalhou em sua alfaiataria como costureira. Entretanto, após o casamento e “cuidando dos filhos, não trabalhou mais”. Atualmente, a esposa do alfaiate José Francisco lhe auxilia nos serviços de costura da alfaiataria. Nas esparsas fontes bibliográficas disponíveis sobre o ofício da alfaiataria, pode-se observar a divisão de gênero nos processos de concepção, confecção e acabamento dos trajés. Pimenta (2008) observa, por meio da iconografia do século XVIII, a presença feminina no interior das casas de moda francesas não só como cliente, mas também como mão-de-obra qualificada. O estudo de Silva e Aued (2005) destaca que os alfaiates modelavam e mediam os tecidos – atividades que exigiam um saber aritmético e geométrico – e, posteriormente, entregavam às mãos femininas as tarefas de costura e acabamento. Desta maneira, o ofício das bordadeiras caracterizava-se como uma *expertise* das mãos femininas. Para Pimenta (2008), esta divisão do trabalho engendra questões mais amplas e complexas como, por exemplo, o papel social concebido para a mulher até o século XIX e, em alguns aspectos, até a segunda metade do século XX, a desigualdade de acesso aos saberes específicos do ofício, tendo em vista a dicotomia entre os espaços considerados masculinos e femininos.

A fim de aprimorar o aprendizado informal, em 1947, Milton concluiu o curso noturno de alfaiataria na Escola Técnica, do qual guarda uma fotografia⁴ com seus colegas. Sobre a Escola de Artes e Ofícios, Lima (2010, p. 109) afirma que sua fundação, em 1917, teve por objetivo “atender a demanda de trabalhos técnicos cujos *status* e remuneração não interessavam aos de boas condições financeiras”.

Antes de ser Escola Técnica era Escola de Artes e Ofícios, então tinha os ofícios, marceneiro, carpinteiro. Depois passou a ser Escola Técnica. Então... Aí fundaram o curso noturno de alfaiates, de sapateiro, de encadernador — não me lembro mais, não sei se era mecânico —, mas à noite, que era pra pessoas que trabalhavam poder estudar à noite. Então nós fizemos esse curso à noite, muito bom por sinal (Milton).

Neste contexto, o ofício do alfaiate, apesar de auferir algum prestígio social aos alfaiates mais reconhecidos por suas habilidades, permanece atrelado à concepção de “atividade manual” e o alfaiate encontrava-se mais próximo das coerções do artesão do que da autonomia criativa dos artistas e profissionais liberais. Assim, pode-se inferir que o *status* prestigioso da alfaiataria acha-se relacionado ao reconhecimento social da posse do saber-fazer enquanto capital simbólico na confecção artesanal das roupas, além do reconhecimento do artífice enquanto sujeito inserido na sociedade, dotado de subjetividade e passível de direitos.

A expressão da individualidade encontra-se presente, no Renascimento, na reivindicação da distinção entre o artista e o artesão, a partir do inconformismo de pintores, escritores e arquitetos. Estes criadores (até então denominados artesãos) executavam atividades de conteúdo estético e/ou intelectual, reivindicando a diferenciação de suas criações, às quais passariam a ser denominadas “artes liberais”. A fim de defenderem seu ponto de vista, afirmavam que as “artes mecânicas” eram executadas por artesãos de forma manual ou com o auxílio de máquinas, mas se limitavam à utilidade prática, e não estética.

⁴ Para Mauad (1996, p. 02), as imagens funcionam como incentivo de rememoração; assim, “nesse hábito de ver e rememorar se inscrevem duas atividades complementares, nas quais, palavras e imagens atualizam, como memória, à experiência vivida”.

O artista (executor das artes liberais e, posteriormente, das “belas artes”) afirmava sua individualidade e buscava agregar às suas criações a carga simbólica do ineditismo e da originalidade. A figura do artista, recluso em seu *atelier* e envolto em sua arte, representaria o ideário da “arte pela arte”. Nesta concepção, o artesão achava-se na margem oposta, pois permanecia condicionado à coletividade das oficinas e das corporações e envolto em seu trabalho prático e seriado, que visava o lucro. Esta visão é problematizada por diversos autores como Alpers (1988) e Viala (1985), que têm por referencial os trabalhos de Bourdieu. Para Bourdieu (2011b), na Europa do século XIX ocorreu a autonomia do campo artístico com a busca de libertação, por parte de alguns criadores (pintores, escritores), das coerções que lhes eram impostas:

Em vez da passagem do artesão para o artista, passa-se de um universo em que há pessoas que produzem em conformidade com normas – ou seja, as da economia que, no fundo, são as normas da produção corrente – para um universo isolado no âmbito do universo econômico, que é um universo econômico invertido no qual se produz sem referência a um mercado (BOURDIEU, 2011b, p. 67).

Conforme destaca Bourdieu (2008) a noção de “bens simbólicos” se insere neste universo econômico invertido que caracteriza a o campo da produção e circulação dos bens artísticos e tem por fundamento a “denegação da economia”. Neste aspecto, aos produtos agregam-se um valor simbólico (originalidade, exclusividade, expressividade), que não remete à sua materialidade ou funcionalidade. Bourdieu (2008, p. 117) destaca que a consagração financeira do artista implica na “reconvenção, sempre arriscada, do capital simbólico em capital econômico”.

Nas palavras de Milton Silva, a roupa sob medida, realizada pelas habilidosas mãos dos alfaiates, requer uma dedicação especial. Ao tratar das questões da moda masculina, para este alfaiate, a roupa sob medida caracteriza-se pela sua qualidade superior aos ternos prontos. No entanto, percebe-se que para Milton os homens que usam seus ternos, atualmente, são “os mais conservadores”.

Conforme Lipovetsky (1989, p. 130), a partir da década de 1960, “o vestuário masculino vê coexistirem duas lógicas antinômicas: a moda do *sportswear* e a ‘não-moda’ do traje clássico; a fantasia para o lazer, a seriedade e o conservantismo do terno-gravata para o trabalho”. Nas reminiscências do alfaiate Milton, evidencia-se a contraposição de dois estágios da profissão, que se conectam a determinadas características da sociedade de Pelotas. O primeiro estágio, que corresponde ao auge da alfaiataria, é relacionado aos tempos de ouro da cidade. Indicada apenas pelo termo “naquela época”, e sem datações definidas, acredita-se que esta fase transita entre as décadas de 1940 e 1960, e reflete o modo de vestir da mulher e do homem pelotense da classe média.

O homem, eu estou falando do homem de classe média pra cima, nos domingos era gravata, traje, casaco, paletó, colete, calça e gravata era pra ir à missa, era pro passeio de tarde, pra ir ao cinema também, mas se ia se ver uma matinê no Capitólio se ele não tivesse engravatado! (Milton).

Estes homens bem trajados e mulheres elegantes são mencionados pelo alfaiate Milton Silva que, ao evocar a trajetória da alfaiataria em Pelotas, reinterpreta um universo simbólico que se encontra intimamente relacionado ao seu ofício: os modos e as modas dos pelotenses. Na alfaiataria masculina percebe-se que a roupa produzida sob medida permeia os símbolos da “elegância” e do “vestir bem”, que imprimem códigos distintivos ao seu consumidor e valorativos aos saberes desta profissão. No que se refere ao vestuário masculino, no início do século XX, o homem pelotense que desejasse imprimir uma aparência elegante geralmente recorria aos saberes artesanais dos alfaiates, que reproduziam os trajes de acordo com os ditames da moda europeia. Acredita-se que, inserida no plano do simbólico, a “elegância” constitui uma representação que, além do trajar, permeia uma série de elementos, como, por exemplo, os hábitos e costumes, que variam de acordo com os grupos sociais e com o contexto

histórico em questão. Assim, com base em Bourdieu (2008), pode-se afirmar que “ser” ou “parecer elegante” engendra uma luta simbólica pela imposição de parâmetros, simbólicos e materiais, que são estipulados pelos grupos mobilizadores desta representação.

Acredita-se que o símbolo da “elegância” da roupa sob medida – difundida sobremaneira pela alta costura – encontrou eco, principalmente, nas elites pelotenses, tendo em vista sua maior preocupação em reproduzir seus códigos de distinção. Nas alfaiatarias pelotenses, na primeira metade do século XX, os mestres, oficiais e aprendizes de alfaiate conviviam no atarefado dia-a-dia de suas atividades em um tempo no qual a confecção industrial de roupas ainda não havia atingido os níveis vigorosos da produção em massa. Apesar da confecção industrial de roupas se caracterizar como uma realidade da época, conforme salienta Lipovetsky (1989, p. 110), esta ainda apresentava “um corte defeituoso, uma falta de acabamento, de qualidade e de fantasia”. Naquele momento, a roupa sob medida – da alta à média e pequena costura dos alfaiates, costureiras e modistas – gozava da preferência quando se tratava dos fatores moda e boa aparência.

Em relação às técnicas produtivas utilizadas pelos alfaiates, predomina a confecção artesanal, sendo a máquina de costura a única ferramenta que os auxilia em suas tarefas. As máquinas que estes utilizam atualmente são as mesmas que o acompanharam durante sua trajetória; apenas o pedal da máquina de costura foi substituído pelo motor. Nas lembranças dos alfaiates, as consequências da produção industrial de roupas no “hábito de vestir o traje” e a queda no número de alfaiatarias na cidade de Pelotas caracterizam o momento de “declínio” do ofício. Sem passar imune às novas tecnologias na produção do vestuário, o alfaiate Milton tentou ingressar na nova lógica produtiva:

Já tentei — eu vou lhe confessar — já tentei ter uma pequena fábrica de roupa, isso eu tentei. Até cheguei a fabricar uma porção de roupas, mas como o capital é pequeno e pra indústria de roupa precisa ter um capital forte, aí eu parei. Mas tentei sempre dentro do ramo, dentro do ramo de roupa. Nunca trabalhei noutra coisa (Milton).

Estes alfaiates vivenciaram no decorrer de suas trajetórias profissionais as mudanças no consenso estético das referências de “elegância” e “vestir bem” do sob medida, que caracterizavam a moda dos cem anos, para uma pluralidade nos modos de vestir associados a novas lógicas de produção e consumo. Se nos contornos da década de 1940 e 1960 a roupa sob medida desfrutava de certa preferência, as efemeridades da moda – aqui entendida como um fenômeno sociocultural das sociedades modernas – já insinuavam com a emergência dos tecidos sintéticos, o prêt-à-porter e os magazines a pluralidade nas formas de vestir. Conforme destaca Bourdieu (2008), as lutas de classificação não são claras, únicas e objetivas. Ademais, os representantes da alfaiataria masculina, em Pelotas, valem-se dos elementos da roupa de confecção artesanal associada à “elegância” e ao “bom caimento”, próprios do universo da moda masculina, a fim de demarcar sua preferência no vestir e, de forma recíproca, consolidar seu espaço enquanto detentores por excelência deste saber-fazer neste espaço social.

4 Considerações finais

Ao longo deste trabalho buscou-se observar a inserção da alfaiataria, na cidade de Pelotas, na perspectiva de apreender o complexo universo de simbolismos que caracteriza o saber-fazer do alfaiate. Com base nas entrevistas realizadas com estes artífices tornou-se possível problematizar as vivências cotidianas encetadas pela reprodução dos gestos e saberes do ofício que perpetuam por décadas. Pode-se perceber nas narrativas destes alfaiates que as memórias do trabalho servem como um fio condutor na organização de suas memórias, o que, nos termos de Pimenta (2008; 2009), caracteriza a “unissonância entre vida e trabalho”.

Além disso, nas percepções deste grupo profissional “ser artífice” implica em um processo social e simbólico de reconhecimento da posse do saber-fazer que, necessariamente, deve ser transmitido por meio da relação “mestre-aprendiz”. Entretanto, a idade avançada dos entrevistados, entre 65 e 82 anos, e a inexistência de aprendizes nas alfaiatarias insinua a possível extinção deste saber-fazer na cidade. Por fim, ao atentar para as nuances deste ofício artesanal na cidade de Pelotas, pode-se observar como esta forma de produzir roupas acompanha as transformações da própria sociedade.

Referências:

- ALPERS, Svetlana. **Rembrandt’s enterprise: The studio and the Market**. University of Chicago Press Ltd., London, 1988.
- ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, M. Christina Siqueira de Souza. **Práticas e representações**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008. p. 67-74.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERNARDO, **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 5, 2002, p. 1-18.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 16º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: RS: Zouk, 2008.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.
- _____; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011b.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2000.
- CHEVALLIER, Denis. Des savoirs efficaces. **Terrain**, nº 16, p. 5-11.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott . **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 73-133.
- _____. **Mundo em descontrole**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2006.
- LIMA, Aline Mendes. Escola Técnica. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p.109-110.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LOZANO, J.E.A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.15-25
- MAUAD, Ana Maria. Tramas do Tempo: fotografia como suporte de experiências e memórias. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/tramas_tempo.pdf. Acesso em: 14 jun. 2011.
- PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____. SANTOS, Nádya Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008. p. 11-18.

PIMENTA, Marta F. **Memórias de alfaiates**: significados de vida e trabalho. Campinas, SP: [s.n.], 2008. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas, SP.

_____. Vida e trabalho: conteúdos existenciais para idosos que viveram no século XX. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, vol. 12 (2), p. 135-137, nov. 2009.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 215-253.

SANTOS, Clara. A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional. **Interações**, nº 8. P. 123-144. 2005.

SILVA, Maria Izabel da.; AUED, Bernadete. Alfaiates Imprescindíveis. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão, Florianópolis, SC**, n 3, p. 03-39, 2005. Disponível em: <http://www.extensio.ufsc.br/>. Acesso em: 05 abr. 2010.

TOMASI, Antônio; SILVA, Ivone. Ofícios de ontem e ofícios de hoje: ruptura ou continuidade? **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife (PE): UFPE, 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com>. Acesso em: 16 mar. 2012.

VIALA, Alain. **Naissance de l'écrivain**. Sociologia de la littérature à l'âge classique. Paris: Éditions de Minuit, 1985.